

## ANÁLISE DOS DESAFIOS E PERSPECTIVAS PARA A EDUCAÇÃO DO CAMPO HOJE

Alexandra Sigora da Silva<sup>1</sup>

Luciano Augusto Mysczak<sup>2</sup>

Daniel Gustavo Fleig<sup>3</sup>

### RESUMO

Este trabalho visa compreender a educação no meio rural hoje através da análise da mesma por meio do processo histórico no Brasil, a partir do século XX. Através de leituras e pesquisas foi possível elaborar uma revisão bibliográfica com o objetivo principal de divulgar a educação no campo para o campo e também com a finalidade de realizar uma breve análise da educação brasileira, onde de início o modelo educacional aplicado no meio rural obedeceu às mesmas normas da educação aplicada no meio urbano, não havendo distinções dos espaços. Nesse contexto de desigualdade e exclusão surgem propostas que representam uma alternativa para o fracasso do processo de *educação no campo* (moldes capitalistas).

Vale lembrar que a educação no campo necessita de profissionais especializados em tal área com o propósito de um modelo pedagógico pensado no campo para o campo com o objetivo de promover uma conscientização libertadora e romper o atraso histórico imposto pelo modelo capitalista. Os interesses deste

---

<sup>1</sup> Educando do Curso de Especialização em Educação do Campo-EaD, Universidade Federal do Paraná, Pólo UAB de Paranaguá, e-mail: alexandrasigora@yahoo.com.br.

<sup>2</sup> Graduando do Curso de Geografia, Universidade Federal do Paraná, [Lucianomm84@gmail.com](mailto:Lucianomm84@gmail.com)

<sup>3</sup> Educador Orientador, UFPR Litoral.

modelo que norteia as diretrizes e modelos pedagógicos nas escolas são guiados pela finalidade de massificação da educação.

A constituição de 1934 garante pela primeira vez o direito a educação fundamental a todos, porém sobre influências internacionais como a escola novista, sendo a ampliação do pensamento liberal no país visando suprir os interesses da indústria recém chegada em nosso país, estimulando assim o êxodo rural.

Devemos tornar importante o processo educacional focado em propiciar de maneira sustentável a preservação e a vivência coletiva nas comunidades reforçando os interesses humanos e não do capital.

Apesar de existirem leis e órgãos relacionados à distinção e as peculiaridades de uma educação do campo de qualidade, ainda hoje o cenário deste espaço necessita de maior atenção, como por exemplo, temos a agricultura familiar fortalecida e organizada em movimentos incorporando a demanda sem deixar de lado valores e tradições culturais. Existem na atualidade movimentos sociais atuantes e com papel significativo buscando uma pedagogia de valorização do homem do campo. Porém ainda há uma grande luta para integração e legitimação para o planejamento de novas propostas de melhoria do sistema educacional no campo.

**Palavras-chave:** Educação no espaço rural; movimentos e tecnologias sociais; diretrizes e leis pós constituição de 1934.

## 1 Introdução

De acordo com As Diretrizes Operacionais da Educação do Campo, “A educação do campo é uma concepção político pedagógica voltada para dinamizar a ligação dos seres humanos com a produção das condições de existência social, na relação com a terra e o meio ambiente, incorporando á os povos e o espaço da floresta, da pecuária, das minas, da agricultura, os pescueiros, caixaras, ribeirinhos e extrativistas (BRASIL, 2010).” Vemos desta forma que é constitucional a valorização do trabalho do campo junto ao seu entendimento como um modo de vida social, contribuindo para a auto-afirmação da identidade dos povos do campo, no sentido da valorização do seu trabalho sua história e a sua cultura numa relação de conjunto com a natureza.

“Desta forma, devemos manter em mente os princípios e concepções da educação do campo que fundamentam e definem a identidade da escola do campo, sugerindo e encaminhando sua dimensão metodológica.” (Onçay e Ghedini, 2010). O desenvolvimento das práticas junto às comunidades numa perspectiva de educação dentro do campo deve estar relacionado á importância da valorização da cultura local levando em conta a realidade onde vivem as famílias de agricultores.

Vemos assim como os principais objetivos que justificam a importância deste trabalho: compreender a importância da educação no campo hoje através de leis, constituições e diretrizes na educação brasileira no século XX, perceber que fomos e ainda somos influenciados por interesses internacionais e capitalistas sem a preocupação com a sustentabilidade local e os povos do campo como: assentamentos de reforma agrária, acampados, ribeirinhos, quilombolas, ilhados, agricultores e escolas indígenas.

Entender os desafios da educação de qualidade e sustentável no campo, compreender que este espaço não necessita atender apenas as necessidades capitalistas como o agronegócio, podemos pensar em alternativas para esta problemática como a Tecnologia Social, proposta por Dagnino (2004), que defende a idéia de tecnologias para a inclusão social (IS).

De forma geral temos como objetivo a divulgação da educação do campo focando toda uma importância no pensar desta modalidade de ensino podendo abrir um leque de opções para futuras pesquisas, sobre a ótica dos desafios desta modalidade de ensino num mundo capitalista.

## **2 Por uma nova reflexão de educação no espaço rural**

Através de pesquisas e leituras pretendemos realizar uma divulgação da educação do campo e compreendermos os desafios desta modalidade de ensino junto a alternativas para esta modalidade. Para isto foi necessário, primeiramente observar alguns conceitos, e algumas fases do processo de educação no Brasil, bem como sua atual conjuntura de modo geral.

A educação é o processo pelo qual a sociedade forma seus membros a sua imagem e em função de seus interesses. Por consequência, educação é formação do homem pela sociedade, ou seja, o processo pelo qual a sociedade atua constantemente sobre o desenvolvimento do ser humano com o objetivo de integrá-lo no modo de ser da maioria da população e conduzi-lo a aceitar e buscar fins coletivos (PINTO, 1994). Podemos perceber a educação como um fato social e referente à sociedade como um todo, é determinada pelos interesses que movem a comunidade a integrar todos os seus membros ao sistema vigente (capitalismo).

Devemos levar em conta que para a educação atingir seus objetivos, ela deveria considerar as características dos alunos, visto que são eles o objetivo findo de toda estrutura educacional de um sistema. Assim como cita E. Clapararède (1972) *“(...) a pedagogia deve basear-se no conhecimento da criança da mesma maneira que afirmação de que horticultura tem sua base no conhecimento sobre as plantas”*.

Primeiramente, devemos considerar que cerca de 20% da população brasileira vive no campo, ou seja, dos 190 milhões de habitantes, aproximadamente 40 milhões de pessoas vivem nos espaços rurais brasileiros. As sedes dos órgãos de gestão, planejamento e poder público localizam-se sem exceção nos núcleos urbanos dos municípios. Dessa forma, a influência do pensamento urbano é determinante para o desenvolvimento do modelo educacional historicamente aplicado no Brasil.

No modelo capitalista, é fato que a educação era inicialmente um privilégio das elites para a elite, logo mais, com a massificação da educação, ela passou a ser planejada da elite para a massa, que era em sua infinita maioria composta pela classe proletária, camponesa e politicamente excluída. Com isso os interesses do capitalismo passaram a nortear diretrizes e modelos pedagógicos nas escolas, sobretudo nas urbanas, onde se criou erroneamente a idéia distorcida de que o rural é sinônimo de atraso, e prega a competição como meio de se obter sucesso e a aceitação da exploração da mão-de-obra, assim, esse modelo educacional é uma importante ferramenta pra dar continuidade e sustento ao capital, condicionando a sociedade à alienação.

No modelo educacional aplicado nas cidades e estendido a alguns espaços rurais, é evidente o contato com tecnologias modernas, a valorização da meritocracia, tecnicismo, competitividade e mecanização como sinônimo de progresso, etc. Nos espaços rurais, a realidade é composta por relações diferentes, paradigmas, onde há o vínculo com a terra, meio ambiente, relações familiares e de vizinhança mais integradas, porém no campo, é retrato de um planejamento desigual. Os modelos educacionais são conseqüências dos processos produtivos tardios que aconteceram no Brasil, a educação brasileira foi, em sua base, pautada pelos interesses do capital europeu.

Na época do Brasil colônia nosso país foi de interesse extrativista como uma empresa agrícola no intuito de manter as elites, sobre tudo europeia. Vemos assim que a acumulação primitiva do capital europeu foi abastecida graças à exploração

da América Latina. Desta forma percebemos que a economia mercantilista não necessitava da socialização do conhecimento científico, isto só veio a acontecer no século XX.

Em 1934 a constituição passa a garantir o direito à educação fundamental a todos, sob influência de um movimento internacional pela educação, conhecida como “Escolanovista” que reivindicava uma educação para a cidade e para o campo, surgindo assim à educação no meio rural em paralelo a educação urbana. No Brasil a escola novista foi à ampliação do pensamento liberal, onde se pregava a educação como elemento importante para construir uma sociedade democrática. Uma democracia baseada em políticas liberais, através da propaganda de oportunidades iguais através da educação. O modelo capitalista de desenvolvimento passou a influenciar o Brasil república com outros interesses distintos da exploração e sim expansão da produção agrícola para o país. Através das influências estadunidenses no Brasil a educação no campo visava atender os interesses da indústria recém chegada.

Com isto a educação brasileira passou a visar uma perspectiva latifundista-empresarial, um espaço de reprodução capital, pois nos modelos urbanos de educação, a formação é tecnicista, intencionada para atender o mercado de trabalho e as demandas crescentes do mercado agroindustrial.

O modelo pedagógico urbano carrega alguns mitos e estereótipos, como: o ensino rural é uma preparação para se ter acesso à cidade, com a idéia de que o rural é sinônimo de atraso e uma visão de atraso sobre os sujeitos do campo de forma folclórica e inferiorizada. Ainda hoje podemos usar como exemplo os livros didáticos escolares, que relacionam o grau de desenvolvimento e modernidade com o número de habitantes da zona urbana com o número de habitantes da zona rural, quanto mais pessoas morando na cidade maior o grau de desenvolvimento moderno do lugar.

A associação com tecnologia sofisticada traz retorno para o país contribuindo com o Produto Interno Bruto (PIB) beneficiando apenas as empresas e grandes

produtores, excluindo a população camponesa. Esta população também necessita se modernizar, mas de forma sustentável, respeitando a sua propriedade, costumes, organização social, produção coletiva e cooperativada. O processo educacional pode proporcionar esse desenvolvimento rural apropriado à realidade camponesa, familiar, quilombola, ribeirinha etc.

Assim se faz necessário discutir, planejar e executar estratégias para esta modalidade de ensino, sobre tudo no que diz respeito à educação, destinada a pessoas que tem uma ligação com a terra que é muito importante para suas vidas. Daí nasceu à necessidade de criar as *escolas do campo*, para atender as perspectivas e especificidades do campo. Mesmo com os desafios, ela vem se fortalecendo e procurando garantir a sustentabilidade do meio em que vivem e as relações específicas com o espaço.

Existem bases legais para garantir a educação a todos, como a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional – LDB. Art. 28. Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região, especialmente: I - conteúdos curriculares e metodologias apropriadas às reais necessidades e interesses dos alunos da zona rural; II - organização escolar própria, incluindo adequação do calendário escolar às fases do ciclo agrícola e às condições climáticas; III - adequação à natureza do trabalho na zona rural. Essas novas diretrizes de 1996 permitiram às escolas do campo um currículo autônomo e diverso, podendo incluir a contextualização da realidade rural. Porém, de certa forma ainda alinhados às escolas urbanas.

Em 2006 foi criada no Paraná as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo no Paraná sendo um grande avanço, pois visa atender as expectativas do campo. Segue dois fragmentos: “Em seu histórico a Educação do Campo apresenta uma trajetória 'marginal' no âmbito da política pública de educação e em sua atual inserção na agenda política.” (p. 15) e “... o ser humano é sujeito da história, ele não

está 'colocado' no mundo, mas ele é o mundo, faz o mundo, faz cultura. O homem do campo não é atrasado e submisso..." (p. 29).

Mesmo assim o que existe é pouco e o pouco que existe na prática não acontece, o modelo educacional é excludente na sociedade. Nas cidades há uma estrutura educacional é voltada à formação e a preparação das pessoas para o mercado competitivo. E no campo, vigorou durante muito tempo a ideia mercantilista de que não havia necessidade de educar essa parcela da população, pois a agricultura e extrativismo não necessitam de conhecimento. A educação no campo é pautada no modelo pedagógico urbano e carrega a ideia distorcida de que o ensino rural é uma preparação para se chegar à cidade, ou no máximo capacitar camponeses em funcionários do agronegócio. Nesse contexto a educação no campo seria um "lugar desprivilegiado, lugar que não tem transporte, nem assistência", não se tem uma série de coisas que fazer parte da vida moderna, são espaços de precariedade. As classes subalternas representam a educação como um mecanismo de transição para a cidade, pois no campo, segundo eles, não há opções. Até mesmo a elite rural brasileira (coronéis, fazendeiros) mandava seus filhos para as escolas na cidade, onde recebiam formação nos moldes urbanos, e assim se urbanizavam.

Nesse contexto de desigualdade e exclusão surgem propostas que visam uma relação que pode servir de alternativa para o fracasso do processo de *educação do campo* (capitalista), visto que a formação até então ofertada, é dada para estimular a fuga do campo e é alienadora do meio. Com o objetivo de promover e socializar o conhecimento, Dagnani (op.cit) escreve sobre a necessidade de conceber tecnologias para a inclusão social (IS). Mas percebe-se que as instituições públicas envolvidas com a geração de conhecimento científico e tecnológico (universidades, centros de pesquisa etc.) não parecem estar plenamente capacitadas para desenvolver uma tecnologia capaz de viabilizar a (IS), o que vem ocorrendo é o contrário, as instituições públicas acabam desenvolvendo a tecnologia convencional



(TC), que a empresa privada utiliza. “As características da TC são determinadas pelos mercados de alta renda dos países avançados.” (Dagnani, op.cit)

O mesmo autor supracitado propõe a Tecnologia Social (TS) que se caracteriza pela viabilidade econômica dos empreendimentos autogestionários.

Preconizava-se que o espaço rural, uma hora ou outra iria pertencer às empresas agrícolas, porém vê-se a agricultura familiar se fortalecendo, se coloca de maneira pujante, se organiza em movimentos. Incorporam a demanda e sem deixar de lado seus valores, tradições e cultura regionais ou hereditárias. (Junior, 2008).

A origem da educação no campo tem seu sentido e princípios cunhados nos movimentos sociais e valores relacionados à vida na terra, e a concepção de campo como espaço de trabalho, vida social e produção cultural. Cujas educação é pensada e elaborada de acordo com as características do povo local, leva em conta a diversidade sociocultural e a identidade do camponês. E se utiliza desses desafios para fortalecer cada vez mais a educação escolar no campo. Pois consideram como premissa básica que o povo tem direito de ser educado no lugar que vive, e direito a uma educação pensada para o seu lugar, com a sua participação e inserção social, isto é, um modelo educacional pensado no campo, pelo campo, para o campo. “Buscam uma geografia mais generosa em um espaço mais justo, ou seja, organizado em função do interesses dos homens e não do capital (Moraes, 1997)”

Dentre os conteúdos e diretrizes da *educação no campo*, podemos citar: agroecologia; resgate de valores sociais e não econômicos; ligação com os valores latinos nas escolas através da rede de integração das escolas e desenvolvimento sustentável do campo. Busca criar e se afirmar como um novo modelo pedagógico, social, cultural e agroecologicamente sustentável. O modelo fundamentado em três dimensões: ambiental, política e cultural. Assim como nos movimentos sociais, é importante que o professor seja militante para ensinar dentro da realidade, gerando sujeitos da história, discutindo cooperativismo, o avanço da organização, e esperança de justiça social.

Muitas vezes a formação dos professores esta nos moldes urbanos, deixando resquícios da formação obtida em tal modelo, como a não valorização às especificidades do campo (valores morais, culturais, costumes, etc). Por isso é necessária uma formação específica para os professores que vão atuar no campo. Na França existe um centro pedagógico de formação de professores do campo, porém no Brasil ainda é bastante falha, há propostas ainda muito espacialmente pontuais, ou seja, falta um projeto de abrangência nacional. E é por falta de uma política educacional bem definida, que a educação se configura como urbana. Muitas escolas transportam os alunos do meio rural para os centros urbanizados e os professores aplicam uma educação na qual os alunos não são inseridos.

A educação no campo acaba sendo como um processo fracassado, mas existe uma iniciativa dos movimentos sociais para valorizar e assegurar o homem do campo no campo. Esse modelo de educação é pensado como uma Pedagogia da Alternância e posto em prática através das escolas itinerantes, escolas do campo, escolas dos assentados da reforma agrária, dos acampados, dos ribeirinhos, dos quilombolas, dos ilhados, da agricultura familiar e das escolas indígenas. Este modelo de educação para assegurar a sustentabilidade da vida do trabalhador do campo, propõe conhecimentos para esse homem atuar no campo. Desmistifica a idéia dos chefes de família que o filho que vai se dedicar aos estudos vai embora para a cidade. Essa pedagogia é uma iniciativa das escolas de famílias rurais geralmente são iniciativas particulares e não do Estado. No entanto recebem o apoio da CONTAG ( Confederação Nacional dos Trabalhadores na agricultura) e outros movimentos.

A organização desse modelo pedagógico é variada e adaptada a realidade local, porém há um sistema bastante comum nas organizações dessas escolas. O educando passa por períodos (ciclos) de duas semanas, um ciclo integralmente dedicado à escola outro em casa, dedicando-se ao trabalho com a família, com a comunidade e com a terra. Assim se estabelece uma relação ESCOLA x FAMÍLIA x CASA x COMUNIDADE, formando um conjunto educativo. Cabe observar, que caso

contrário: se o aluno vive os estudos na cidade, perde o vínculo com o espaço rural, com a família, com a terra, com a comunidade e não consegue interagir nem fazer parte desse conjunto educativo.

Nas propostas de educação no campo a comunidade participa da gestão e até da construção da proposta pedagógica (PPP). E dessa forma toda a comunidade se compromete com a escola, pois assim pretendem juntos garantir a sustentabilidade do seu modo de vida.

O setor primário é de grande importância para economia do país. Mas a *educação do campo* e a *organização da agricultura familiar* - muitas vezes baseadas na *agroecologia* – são alternativas ao sistema vigente, servindo como meio de desenvolvimento sustentável local. Essa alternativa não é apenas uma proposta educativa, e sim uma de profissionalização do camponês em agricultor, sendo planejado pelo campo, no campo e para o campo.

Até 1997, não existia integração entre as universidades públicas e escolas rurais, mas com a promulgação do PRONERA (Programa Nacional de Educação na Reforma Agrária) pelo INCRA (Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária) em parceria com os movimentos sociais, com destaque ao MST, foi considerado pelas universidades que seria fundamental um apoio a esse novo processo educativo para educação no campo. Essa parceria resultou, através do PRONERA, uma abrangência educacional para a alfabetização, educação de jovens e adultos, cursos de especialização e cursos de nível superior (a princípio são: agronomia, pedagogia, e outros das ciências humanas). Tudo isto foi conquistado através da reivindicação dos movimentos sociais, elas estão teoricamente exercendo um trabalho de assessoria.

Existe a carência de publicações que possam fazer com que essa realidade possa ser discutida na academia e assim planejar novas propostas de melhoria para o sistema educacional no campo.

Infelizmente, mesmo com todos os avanços a universidade muitas vezes enxerga a ciência como algo livre de valores e neutra. “O desenvolvimento de

conhecimento científico e tecnológico, reflete os padrões sociais, políticos, econômicos e ecológicos da sociedade em que esse desenvolvimento tem lugar” (Dagnani, op.cit). Desta forma o desenvolvimento da ciência acaba se dirigindo aos interesses dos “atores centrais” da economia.

### 3 CONSIDERAÇÕES

Através das leituras, levantamentos bibliográficos e reflexões sobre a educação no campo de forma libertaria, fora das necessidades de apenas atender o mercado capitalista como o agronegócio visando à autonomia local podemos destacar:

- A importância da educação na modalidade rural prevista por leis de acordo com as suas peculiaridades. Temos a Lei Nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional cita no Art. 28 “Na oferta de educação básica para a população rural, os sistemas de ensino promoverão as adaptações necessárias à sua adequação às peculiaridades da vida rural e de cada região”, em 2006 foi criada no Paraná as Diretrizes Curriculares da Educação do Campo no Paraná que visa atender as expectativas do campo.

- A influência capitalista visa interesses empresariais não havendo preocupação com a sustentabilidade local e os povos do campo como: assentamentos de reforma agrária, acampados, ribeirinhos, quilombolas, ilhados, agricultores e escolas indígenas.

- Os desafios da educação de qualidade e sustentável no campo encontram respaldos em propostas alternativas ao sistema vigente que visa apenas produzir tecnologia aos mercados de alta renda como os países avançados.

- Infelizmente as universidades, centros de estudos e pesquisas ainda produzem tecnologias de forma convencional, conforme esclarece Dagnino (op.cit.), “Existe um enorme impulso feito pelos governos dos países avançados e pelas suas grandes empresas, no sentido de fazer com que essa tecnologia (TC) seja vista não só como a melhor, como a última, como a de ponta, a mais avançada, mas como a única que existe.”

E assim as universidades acabam por internalizar esta idéia, assim os profissionais desta área incorporam este tipo de valor e reproduzem essa tecnologia, com “visão mecanicista, linear, determinista e acrítica que está fundamentado o conceito de “tecnologia de ponta”, de “alta tecnologia”, que muitos endeusam sem entender o que está por trás”. Dagnani (op.cit.)

Há necessidade de incentivo a pesquisas científicas focando a importância no pensar desta perspectiva de ensino podendo abrir um leque de opções para futuras pesquisas, sobre a ótica dos desafios da educação do campo num mundo capitalista.

Como alternativa podemos pensar na importância de uma tecnologia social (TC), temos que lutar por uma cultura institucional que tenha interesse nos recursos humanos de acordo com a (IS) inclusão social, a economia solidária, empreendimentos autogestionários. Esses aspectos destacados, de um modo geral, podem contribuir positivamente aos pesquisadores de universidades e instituições, para que os futuros profissionais vejam na (IS) um desafio para uma tecnologia mais solidária, sustentável e social dentro do espaço rural.

## Referências

CEC- SEED/PR: Diretrizes da educação do campo para o estado do Paraná.  
<http://www.diaadia.pr.gov.br/dedi/cec> acesso em 01/11/2010

COSTA NETO, Canrobert Penn Lopes; CANAVESI, Flaviane. Sustentabilidade em assentamentos Rurais: o MST rumo a uma reforma agrária agroecológica no Brasil?.

COSTITUIÇÃO DA REPUBLICA, art. 208

DAGNINO, Renato. Tecnologia social e seus desafios. In: **Tecnologia social**: uma estratégia para o desenvolvimento. Fundação Banco do Brasil. Rio de Janeiro: 2004. p. 187-209.

E. CLAPARÈDE. *Psychologie de l'eenfant ET Pedagogie Expérimentale*. Citado por CESAR COLL, Origem e evolução da psicologia da Educação. Salvador (1999)

GRAZIANO DA SILVA, José. Velhos e novos mitos do rural brasileiro. Estudos Avançados, São Paulo.

INCRA, PRONERA. <http://www.incra.gov.br/portal/> acesso em 01/11/2010

LDB artigo 28

MARTINS, J de S. Reforma Agrária: o impossível diálogo sobre a história possível. (1999)

MEC, Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização e Diversidade. Referência para uma política nacional de educação no campo. 2005

MST - <http://www.mst.org.br/> acesso em 01/11/2010

OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino. Modo de Produção Capitalista, Agricultura e Reforma Agrária. São Paulo: FFLCH, 2007.

Onçay e Ghedini in Brasil, Educação do Campo - MÓDULO III -PRÁTICAS PEDAGÓGICAS EM EDUCAÇÃO DO CAMPO – eixo 2. ano 2010.

ROSSETTO, Edna Rodrigues Araújo, A educação das crianças pequenas nas cirandas infantis do MST, Universidade Estadual de Campinas (Faculdade de Educação, UNICAMP), Campinas, 2009. *Revista Múltiplas Leituras*, v. 3, n. 1, p. 103-118, jan. jun. 2010.

SOUZA, Maria Antonia de, Educação e cooperação nos assentamentos do MST, Ponta Grossa, UEPG, 2006.

THOMAZ JUNIOR, Antonio. Por uma cruzada contra a fome e o agrohidronegócio – Nova agenda destrutiva do capitalismo e os desafios de um tempo não adiado. *Revista Pegada*. V. 9. Junho, 2008.